



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 4, v. 1 | nov 2015.-abr. 2016
p. 295-313.

Estudos feministas, privilégio epistêmico e teorias queer: reflexões de um jovem feminista

Anderson Fontes Passos Guimarães¹

RESUMO: Este artigo propõe-se a discutir e a problematizar a questão epistemológica da produção do conhecimento feminista, abordando a possibilidade de homens assumirem uma postura de um pesquisador feminista e se declararem como tal enquanto posicionamento político. São apresentadas algumas posições de autoras feministas quanto ao problema da existência de uma epistemologia deste campo do saber, e a partir disso, discutidas a credibilidade e a funcionalidade de haver homens se apropriando deste lugar para colaborar com a produção feminista. Discorro, ainda, sobre as Teorias *Queer* e quais contribuições e desafios elas trouxeram para se pensar numa política identitária, tal como é o Feminismo. Assim, proponho como estratégia mais adequada um ‘saber negociar’ entre a contemporaneidade e a modernidade, para que aspectos que ainda necessitam da importância e da relevância das identidades consigam conviver em meio à contemporaneidade, mantendo sua legitimidade de viés político.

PALAVRAS-CHAVES: feminismo; epistemologia; mulher; homem; *Queer*.

Abstract: This article aims to discuss the epistemological question of feminist knowledge production, addressing the possibility that men assume a posture of a feminist researcher and declare themselves as such as political positioning. I present some feminist authors positions on the issue of the existence of an epistemology of this field of knowledge, and from that I discuss the credibility and functionality of men assuming this position to collaborate with feminist production. I also write on Queer Theories and what contributions and challenges they brought to think identity politics, as Feminism. I therefore propose as the most appropriate strategy a “knowing how to negotiate” between contemporary and modernity, so that aspects that still need the importance and relevance of identities are able to live in the midst of contemporary, maintaining its legitimacy of political bias.

Keywords: feminism; epistemology; woman; man; *Queer*.

Resumén: El presente artículo propone discutir y problematizar la cuestión epistemológica de la producción del conocimiento feminista sobre la posibilidad de que los hombres asuman la postura de investigadores feministas y hagan de esta actitud una posición política. En el texto son presentadas las ideas de algunas autoras feministas sobre la existencia de una epistemología feminista y son discutidas, a partir de este marco teórico, la credibilidad y la funcionalidad de que existan hombres tomando parte de este lugar para aportaren a la producción feminista. Se discute también la Teoría *Queer* y las contribuciones y desafíos que la misma ha aportado para la reflexión sobre políticas basadas en la identidad, como el feminismo. De esta manera, se propone como estrategia más adecuada un “saber negociar” entre la contemporaneidad y la modernidad, para que aspectos que todavía necesitan de la importancia y de la relevancia de las identidades consigam convivieren en medio de la contemporaneidad, manteniendo su legitimidad de tipo política.

Palabras clave: feminismo, epistemología, mujer, hombre, *queer*.

¹ Psicólogo, mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (NEIM - UFBA). E-mail: fontes_psi@hotmail.com

Recebido em 11/02/15
Aceito em 16/06/15

1. Introdução

Em seu livro *O segundo sexo* (1949), De Beauvoir (2002) tece algumas considerações questionando a submissão da mulher e o poderio masculino; nas suas discussões, ela passeia pelo psicológico, visita o biológico e conclui assertivamente no social, ponto de vista com o qual fica e se utiliza dele para explicar as origens do patriarcado e apresentar a mulher (assim como o homem) como um ser que é possível apenas por conta do social, rejeitando a idéia de que cada um (mulher e homem) é o que é por causa do seu sexo. De Beauvoir, então, mesmo sem saber, introduz nas ciências sociais um novo conceito (que mais tarde chamaríamos de gênero) implicando a desestabilização das tradições de pensamento.

Da mesma maneira que a construção do conceito de gênero trouxe uma imensurável contribuição para os estudos sociais, ao nos colocar a possibilidade de analisarmos o que vem a ser a mulher e o que vem a ser o homem, de forma a nos permitir enxergarmos essas duas categorias como construções sociais, com significados atribuídos a uma e ao outro por meio da história (SCOTT, 1995), também podemos aplicar tais caminhos metodológicos de desestabilização das tradições de pensamento, na qual o gênero representou para a ciência moderna, para pensarmos em termos de epistemologia (ou seja, de construção do conhecimento), a infinitude de possibilidades da qual estamos diante e da qual não há mais como ignorarmos ou tratarmos com algum desprezo, em decorrência de posições políticas ressentidas e/ou não conscientes do potencial do outro, principalmente quando este outro está inserido numa categoria classificada como dominante.

Discutindo ainda as principais contribuições trazidas com o conceito de gênero, temos, nas palavras de Costa (1998, p. 134), que “um dos principais ganhos que o conceito de gênero trouxe, quando aliado às correntes estruturalistas e pós-estruturalistas, foi a negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher”, pois “mais que tudo, o gênero nos permitiu teorizar com mais destreza as complexas e fluidas relações e tecnologias de poder”.

Pensando, então, a partir da negação de qualquer tipo de essência seja à mulher seja ao homem, fica complicado atribuímos uma absoluta autoridade epistemológica (nesse caso, à mulher) em decorrência do fato de ela ser o sujeito que faz parte de uma categoria historicamente negada e omitida. Estaríamos incorrendo no que Saffioti (2009) chamou de essencialismo social – posição tendencialmente assumida à medida que se combateu o essencialismo biológico do qual fez parte da desconstrução do sistema sexo/gênero, para significar o termo gênero como socialmente construído.



Nesse essencialismo social está implícita a idéia de que por ser mulher a pesquisadora teria maior autoridade epistemológica para tratar de questões relativas às mulheres. É preciso deixar registrado aqui o reconhecimento que essa condição objetiva tem de torná-la mais apta e com maior propriedade para discorrer e aprofundar-se nessas questões, em paralelo a um movimento consciente de des-alienação da sua condição de mulher em relação à lógica na qual está inserida, e que é predominantemente.

Para citarmos como exemplo dessa “invasão” de olhares num campo que surgiu prioritariamente colocando a figura da mulher no seio da sociedade contemporânea (SCHIEBINGER, 2001), trazemos à luz das discussões o fato de homens se declararem feministas e quais percursos seriam traçados para pensar essa possibilidade como real e política sem tornar invisível a luta e a história das mulheres, já que essa posição dos estudos feministas foi criada como uma reação à ciência eminentemente androcêntrica, visando a elevar as considerações da crítica científica feminista diante da escolha histórica pelo “sujeito universal” da ciência como sendo o homem branco ocidental.

Segundo Sardenberg (2002), o androcentrismo na ciência tem sido motivo de exclusão da mulher dos processos de investigação, ao se lhes negar autoridade epistêmica, fomentando o menosprezo pelos estilos e modos cognitivos ditos “femininos”. A mesma autora ainda afirma:

Ademais, o androcentrismo tem contribuído para a produção de teorias sobre as mulheres que as (nos) representam como seres inferiores, desviantes ou só importantes no que tange aos interesses masculinos, tal como acontece com as teorias de fenômenos sociais que tornam as atividades e interesses femininos menores e obscurecem as relações de poder entre os sexos [...]. O androcentrismo vem produzindo conhecimentos em ciência e tecnologia que não apenas não são úteis para as mulheres e outros segmentos subordinados, como vêm alimentando e reforçando as hierarquias de gênero, bem como outras hierarquias sociais. (SARDENBERG, 2002, p. 9)

Assim, colocar a mulher como centro dos estudos de gênero, tomando como princípio a teoria feminista, é uma forma de reparação sócio-histórica ímpar, não necessariamente a única, mas suficientemente forte para que se compreenda a posição desse ser social dentro do contexto geral da modernidade (NYE, 1995), o que a meu ver não impossibilitaria a participação de homens na contribuição para a pesquisa e para a militância feminista.

Nesse sentido, torna-se relevante e fundamental problematizar a contribuição e a autoridade epistemológica que homens teriam para se declararem feministas e principalmente



para pesquisar e produzir conhecimentos numa perspectiva feminista, haja vista que se trata de uma posição surgida declaradamente para contrapor-se a hegemonia masculina dentro do campo da ciência. Para a ciência androcêntrica, o outro era a mulher; ao falarmos de feminismo, consideraremos aqui o outro como o homem.

2. Epistemologia feminista: um “modo feminista de pensar”

A preocupação inicial do pensamento feminista, apontada por várias autoras, a exemplo de Saffioti (2004) e Bandeira (2008), foi a de *explicar a situação de subordinação das mulheres a partir de uma teorização crítica*. Mesmo com diferenças entre as diversas vertentes do pensamento feminista, praticamente todas as suas correntes têm seus estudos baseados no reconhecimento de uma causa social e cultural para a condição histórica de subordinação das mulheres.

O feminismo, seja como movimento social, seja como teoria, constitui uma miscelânea de pensamentos, posições políticas, referenciais epistemológicos e metodológicos, formas de organização que expressam sua pluralidade que leva algumas estudiosas a preferir usar o termo “feminismos” e não feminismo, de modo a expressar essa pluralidade e sua diversidade de pensamentos (CRUZ, 2008).

Rago (1998) explica que o Brasil ainda não alcançou uma clareza conceitual em relação a uma teoria feminista do conhecimento, seja pelo pouco debate existente, seja pelo próprio caráter do debate, o qual já viria pronto de outros países com maior tradição no assunto. No entanto, há que se apontar várias estudiosas e estudiosos nacionais do feminismo, os quais apresentam problematizações, questionamentos e proposições, a exemplo de Bandeira (2008); Piscitelli (2004); Rago (1998); Dias (1992); Saffioti (1992); Sorj (1992), entre várias outras.

A historiadora Michelle Perrot (*apud* RAGO, 1998, p. 22), ao ser perguntada se existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina, responde ao mesmo tempo com um sim e com um não. Para ela, mesmo que não existisse um método especificamente feminino, haveria uma maneira própria das mulheres de olhar e interrogar o mundo, advinda de sua experiência como “mulher”.

Utilizarei como exemplo para aprofundar a problematização a hipótese de uma pesquisa sobre mulheres lésbicas e suas representações. Primeiro, por se tratar de mulheres – categoria da qual não faço parte; e segundo, por se tratar de homossexuais, categoria da qual faço parte. Escrever sobre esse tema, principalmente quando traz uma perspectiva de legitimidade dessa condição, traz



consigo uma justificativa implícita de reparação e engajamento político, principalmente por se tratar de uma categoria historicamente invisibilizada pela própria literatura e pelas práticas sociais.

Temas que abordam as questões da lesbianidade, da homossexualidade, da transexualidade e até mesmo da prostituição remetem o leitor quase que de imediato a ligar a figura da/o autora/or como pertencente a um desses grupos sociais. Desfazendo-se da idéia de que é necessário ser uma mulher lésbica para falar e escrever sobre mulheres lésbicas ou ser negro para falar de racismo, quando me proponho a escrever sobre essa temática é necessário lembrar que escrevo partindo do ponto de vista ‘de quem está de fora’ para tratar questões referentes à representação da mulher lésbica.

É evidente que o “ponto de vista dos oprimidos” pode se revelar mais fidedigno e mais abrangente (SAFFIOTI, 1992), por esse motivo seria de se esperar que justamente uma mulher lésbica tratasse do tema por sua maior propriedade e vivência da questão abordada, referindo-se ao que Jagar (1982 *apud* SAFFIOTI, 1992) chamou de privilégio epistemológico. Já que são as condições concretas que possibilitam a disponibilidade de uma epistemologia dos oprimidos, nada mais do que justificado e epistemologicamente compreensível uma mulher lésbica escrever sobre tal temática.

Para Keller (*apud* BANDEIRA, 2008, p. 220), “a entrada de mulheres na ciência em grande número tornou possível que uma percepção ‘feminina’ do mundo encontrasse lugar na ciência”. Rago (1998, p. 23,24) também destaca a importância de se considerar

[...] que as mulheres trazem uma *experiência* histórica e cultural *diferenciada* da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como *das margens*, da *construção miúda*, da *gestão do detalhe*, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso (grifos nossos).

Essa experiência *diferenciada*, segundo a autora, ao adentrar na academia tem provocado mudanças radicais, inclusive na produção do conhecimento científico. Rago (1998) argumenta que ocorre “uma construção cultural da identidade feminina, da subjetividade feminina, da cultura feminina” que se evidencia “no momento em que as mulheres entram em massa no mercado de trabalho, em que ocupam profissões masculinas e em que a cultura e a linguagem se feminizam”. Sem dúvida, afirma Rago (1998), “há *um aporte feminino/ista específico, diferenciador, energizante, libertário*, que rompe com um enquadramento conceitual normativo” (RAGO, 1998, p. 31). Por isso, a autora defende que se possa pensar numa epistemologia feminista como uma forma específica de produção do conhecimento que traz a *marca específica feminina, tendencialmente libertária, emancipadora*.



Contrário a esse pensamento, Bandeira (2008) defende que não haveria uma teoria própria ou epistemologia feminista. Para ela, não há uma “teoria crítica geral”, isto é, única do pensamento feminista, o que existem são é uma diversidade de correntes teóricas diversas, que, cada uma a seu modo e se apropriando de teorias gerais, procura compreender por que e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade.

Ao se falar de *crítica feminista*, geralmente faz-se referência a um “bloco de correntes heterogêneas que tentam explicar por que as mulheres continuam, em boa medida, a viver em condições de subordinação” (BANDEIRA, 2008, p. 10). Assim, para essa autora, a teoria crítica feminista consistiria na tentativa de explicação da realidade das mulheres a partir dos instrumentais teóricos e conceituais diversos e emprestados de “outras” teorias, estas gerais, e não do próprio feminismo como uma teoria e/ou um campo conceitual próprio.

Dias (1992, p. 39) assim se expressa sobre o certame:

Reconstruir de imediato uma teoria feminista seria não somente impossível, como indesejável, uma vez que redundaria em substituir um sistema de dominação cultural por outra versão das mesmas relações, quiçá invertidas, de poder, embutidas nas relações sociais e de gênero.

Praticamente todos os estudos brasileiros feministas têm se voltado para a maneira como o pensamento feminista contribui para a renovação das ciências, em particular as ciências humanas e sociais, reconhecendo, de forma unânime, o caráter crítico e questionador das teorias feministas.

Por exemplo, Bandeira (2008), Sorj (1992) e Rago (1998), entre outras, concentram-se nas discussões sobre as noções de objetividade e de neutralidade no que tange a um suposto conhecimento “verdadeiro”; no questionamento aos padrões de normatividade científica, impregnados em quase sua totalidade de valores masculinos; na denúncia da produção de saberes como constituída pelas relações de poder; na desvalorização da dimensão subjetiva, das emoções e das práticas do cotidiano; nas concepções dualistas, dicotômicas, consideradas incapazes de dar conta da complexidade do real; e, sobretudo, a crítica à idéia de universalidade e de um sujeito único da história e do conhecimento.

Nas palavras de Cruz (2008, p. 52):

As críticas às formas tradicionais de fazer ciência e seus paradigmas – incluindo aí, ou se referindo especialmente à ciência moderna, de base iluminista –, certamente não são exclusivas do pensamento feminista. Muitos foram/são os segmentos, grupos e



movimentos, de caráter político ou corte acadêmico que realizaram e realizam profundas críticas ao processo de conhecimento científico tradicional, dentre os quais destacam-se a psicanálise, a hermenêutica, correntes da teoria crítica marxista e do pós-modernismo, como o desconstrutivismo, o pós-estruturalismo e os estudos pós-coloniais e multiculturais. Se a crítica não é uma prerrogativa das teorias feministas, quais seriam então as especificidades da crítica feminista à ciência?

A crítica feminista “está posta na forma de organização do mundo social e natural materializado nas relações sociais, cognitivas, éticas e políticas entre homens e mulheres, assim como nas suas expressões e significados no mundo simbólico” (BANDEIRA, 2008, p. 209). Concernente à ciência, o feminismo crítico veiculado pelo pensamento científico denuncia que a produção do saber tem sido historicamente considerada como um domínio masculino, salvo raríssimas exceções, o que justificaria as resistências existentes à presença delas no campo científico (FARGANIS, 1997; RAGO, 1998; CRUZ, 2008).

Além das críticas às formas de produção do conhecimento, marcadas pelo masculinismo, as teorias feministas também trazem para a academia, especialmente para as ciências humanas, uma variada gama de questões e temas que têm contribuído para tornar visíveis certos processos que não eram muito valorizados pelos pensamentos científicos dominantes: como as relações de gênero, as questões sobre diferença e igualdade, as relações sobre poder e hierarquia, a articulação entre as dimensões de gênero, raça e classe, o valor da subjetividade, a lesbianidade, entre outros.

Seguindo as considerações de Caldwell (2000), quando coloca que o problema do racismo não se trata de um problema de negros, mas que este deve ser entendido como uma questão pertinente a todos, inclusive dos brancos, por reforçarem e reproduzirem a lógica da discriminação, entendo também que a problemática da homofobia não se refere a um tema que devesse ser tratado apenas por mim, justificando-se na minha condição de homossexual, e pelos meus pares. Assim como o machismo, a lesbofobia e as questões referentes à mulher lésbica são temáticas relevantes e merecedoras de interesse acadêmico por parte não só das pessoas-alvo desses tipos de intolerância, como também pela sociedade em geral.

É aqui que me situo: embora homossexual e podendo fazer uso dessa condição para tentar fazer parecer que minha voz ‘vem de dentro’ (pois afinal, elas e eu somos homossexuais), reconheço que, ainda que sejamos homossexuais, o fato de serem mulheres as possibilitam experimentar vivências e práticas de preconceito e discriminação que nós não compartilhamos, justamente por eu ser homem. Não se trata de dizer quem sofre mais, mas de tornar visíveis essas distintas e peculiares



formas de preconceitos possíveis por conta da identidade de gênero. É um ‘dentro’ e ‘fora’ à medida que trago à consciência as relações de poder existentes nas relações de gênero.

Não se trata de uma simples (ou grandiosa) solidariedade às mulheres lésbicas, mas antes de um modo de denunciar o quanto urgente se faz escrever, pesquisar, estudar e produzir conhecimento sobre assuntos que não se encontram restritos ao nosso universo. É importante que agentes sociais de outras categorias debatam e assumam as reivindicações das categorias as quais não fazem parte. E mais importante ainda é que quando essas pessoas resolverem falar de si, que falem denotando as condições da sua fala, principalmente o “quem fala”, para que se perceba que o desconforto e a indignação surge ‘de dentro’, e que essas pessoas já tem consciência da sua condição, não estando elas apenas em função da preocupação do outro (dominante).

Cabe lembrar que nem sempre o ponto de vista dos oprimidos nos fornece uma evidente perspectiva da categoria da qual fazemos parte. É preciso que os próprios agentes sociais comecem a desmistificar seus caminhos trilhados e a subverter a ordem vigente na defesa de seus interesses, inclusive porque a “ideologia dominante penetra largamente na ideologia dominada” (SAFFIOTI, 1992).

O feminismo contribui sobremaneira ao trazer à tona as diversas formas de produção do conhecimento atreladas ao sexismo, revelando as relações de poder que permeiam nesse campo, possibilitando a pesquisa e o estudo de questões que antes não estavam no rol das preocupações androcentricas.

A contribuição da teoria crítica feminista, porém, não se restringe à denúncia do sexismo acadêmico ou ao tratamento de “temáticas” não contempladas nas formas hegemônicas de produção do conhecimento. Ainda que não sejam viáveis generalizações muito amplas sobre o que constitui ou define o pensamento crítico feminista, penso ser possível elencar alguns elementos, presentes em grande parte das produções teóricas – ainda que questionadas por outras – e reconhecidas por diversas/os estudiosas/os da teoria crítica que caracterizam, de certa forma, um modo de pensar feminista (CRUZ, 2008; BANDEIRA, 2008).

Entre os elementos podem-se destacar: um viés crítico, desestruturante ou desestabilizador das formas comuns de pensamento; um olhar mais atento e que valoriza a dimensão subjetiva e as emoções na organização da sociedade e da política; a valorização e problematização do cotidiano e das microestruturas; articulação das interações entre público e privado, razão e emoção, natureza e cultura, biológico e mental; a concepção de que o pessoal/privado é político e, por sua vez, que todo



problema político interfere no pessoal/privado; o tratamento e valorização da diversidade, articulando ou contrapondo conceitos como igualdade, identidade e diferença; a relação sujeito-objeto, pensada não como de objetividade e neutralidade, mas de interação e mútua determinação; e, sem dúvida, sua principal característica, o olhar crítico para a construção social das relações de gênero, entendendo-as como constituídas e constituintes das demais relações em sociedade (BANDEIRA, 2008; COSTA, 1998; DIAS, 1992; FARGANIS, 1997; RAGO, 1998).

Todas essas características levam Rago (1998) a pensar se a produção teórica feminista não seria constitutiva de uma epistemologia em si mesma. Segundo ela,

[...] se consideramos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção no movimento de constituição de uma (ou seria de várias?) *epistemologia feminista* ou de um *projeto feminista de ciência*

[...] O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também *propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera*. (1998, p. 23, grifos da autora).

Assim, essa autora sugere que o feminismo pode ser configurado como um campo epistemológico e as características propostas por ela podem também ser encontradas em várias(os) autoras(es), um verdadeiro conjunto de características da produção teórica feminista que aponta para um caráter epistemológico do feminismo. Não só pela sua crítica profunda às formas tradicionais (e renovadas) de fazer ciência, como também pela proposição de como fazê-la – ainda que muitas dessas proposições não lhe sejam exclusivas.

Dias (1992) evita usar o termo *teoria feminista*, preferindo “estudos feministas”, ou seja, pesquisas e considerações que focam o tema das mulheres enquanto seres sociais, com abrangência e fluidez suficientes para tornar impossível de ser definido em termos precisos. Mais que constituir uma área própria de saber, “restrita e marginal, os estudos de mulher têm se revelado capazes de contribuir para a renovação de mananciais importantes das Ciências Humanas como um todo” (DIAS, 1992, p. 40).

Na concepção de Cruz (2008, p. 37):



Entendo que as teorias feministas construíram um campo de conhecimento que, como consiste na problematização das relações de gênero e na busca de compreender como estas influenciam na organização social, cultural, política e econômica das sociedades. O feminismo constituiu assim, um campo conceitual que inclui, entre outros, o conceito de gênero em suas variadas formulações e reformulações; o conceito de patriarcado também em variadas formulações; a reelaboração dos conceitos de produção e reprodução e a rearticulação dos conceitos de público, privado e doméstico; construíram, desconstruíram e reconstruíram a categoria *mulher* como categoria política; problematizaram os conceitos de igualdade, identidade e diferença, bem como os de sujeito e autonomia; produziram uma intersecção entre os conceitos de gênero, raça e classe como nenhum outro campo teórico fez. As próprias concepções de conhecimento foram postas em xeque, questionando-se como estas concepções são produzidas pelas práticas sociais marcadas pelos gêneros. Ainda que não se tenha chegado a consensos (e, na verdade, gerado polêmicas), modos próprios de fazer pesquisa foram propostos e postos em prática, além da revisão e problematização dos inúmeros métodos de investigação de outros campos teóricos.

Assim, essa autora se junta a Rago (1998) ao defender que há, sim, uma epistemologia ou mais de uma epistemologia feminista, o que significa considerar como existente uma reflexão própria do campo feminista sobre as concepções e formas de se produzir conhecimento, desde que não se considere epistemologia como um modo único, exclusivo e absoluto de fazer ciência.

Percebe-se, portanto, que, para essas autoras, uma forma feminista de fazer ciência é um “modo feminino” de produção científica, um modo que traz em si a experiência “de gênero” das mulheres no mundo. Não se pode negar que as mulheres têm uma experiência própria do mundo e da vida, diferente da dos homens, tanto porque têm uma vivência corporal específica, como porque as relações sociais de gênero têm historicamente definido lugares distintos para mulheres e homens na vida social.

Contudo, deve-se ter em mente que essa é uma experiência única para cada indivíduo, independente se mulher ou homem, constituindo as múltiplas experiências do ser humano. Cada pessoa é um ser humano em uma diversidade de experimentação do mundo, marcada não somente pelo gênero, mas pela classe, pela raça, pela orientação sexual e por outras formas de inserção no mundo (o contexto social, político, econômico, religioso, ideológico, etc.).

O próprio feminismo tem sido enfático, nas últimas décadas, em buscar explicitar a diversidade cultural, social e política – bem como as desigualdades – nas experiências das mulheres.



Assim, se a experiência como “mulher” influencia na forma de pensar e analisar, essas outras experiências também influenciarão (CRUZ, 1998).

Bandeira (2008) entende que nem todo pensamento sobre as mulheres ou, sobretudo, “das” mulheres, se trata de um pensamento feminista. Não raro, podemos observar aproximações teóricas, ideológicas e políticas no pensamento de mulheres e de homens, que seguem uma mesma corrente explicativa do real ou uma mesma matriz teórico-epistemológica.

Assim, no âmbito da ciência, não se pode entender um modo especificamente feminino de pensar, ou mesmo de um modo essencialmente masculino, antes, seria mais produtivo imaginar uma multiplicidade de fatores conjugados, além do meramente “sexista”, como outros elementos, estruturantes ou constituidores do real, marcados tanto pela dimensão de gênero, como de raça, classe, orientação sexual, etc.

Os estudos feministas ou de gênero denunciam que os modos de pensamento hegemônicos na ciência são masculinistas e expressam a experiência e, sobretudo, os interesses dos homens. Porém, um “modo feminista de pensar” não se define e não pode ser definido pela experiência das mulheres ou pelo feminino. De acordo com Valcárcel (1999), feminismo e feminino não podem ser confundidos entre si, ainda que algumas vertentes políticas do feminismo visem a negar ou acabar com o gênero. Para ela, a característica principal da teoria crítica feminista é buscar compreender, analisar e explicar como o feminino, enquanto gênero, é construído e reproduzido. E mais, a depender da abordagem, como esse “gênero feminino” se constitui numa forma instrumental de poder simbólico para aprisionar, subordinar e/ou inferiorizar as mulheres.

É preciso também pensar como o sujeito da produção do conhecimento feminista se posicionará frente aos estudos *queer*, de modo a reconhecer sua importância na atualidade.

3. Feminismo e os estudos *Queer*

Os estudos *queer* surgiram na década de 1980 como uma corrente teórica questionadora das formas tradicionais de compreender as identidades sociais, especialmente motivados pelos pensamentos de Michel Foucault, Joan Scott e Gayle Rubin (PINO, 2007). Provém teoricamente dos estudos gays e lésbicos, da teoria feminista, da sociologia do desvio norte-americana e do pós-estruturalismo francês, a partir de uma necessidade contemporânea de reavaliação crítica da política de identidades.



Os debates teóricos inicialmente chamados *estudos gays/lésbicos* passaram a se chamar *estudos queer*, termo, que em inglês, significa *torcido* ou *oblíquo*, o qual, numa tradução livre para o português seria mais apropriadamente vertido por *esquisita(o)* (LACOMBE, 2010). Trata-se de uma palavra usada nos Estados Unidos e na Inglaterra para se referir a gays, lésbicas e transgêneros, denotando rejeição e repulsão.

Porém, no final dos anos 1980, vários pesquisadores das temáticas gays e lésbicas se apropriaram do termo, acompanhados pelas próprias pessoas que eram alvo da estigmatização, fazendo com que o termo fosse ressignificado, sob uma visão afirmativa, a fim de fazer referência a todos os indivíduos cujas práticas sexuais extrapolam os limites da heterossexualidade binária. Por isso, pode-se dizer que o termo *queer* constitui-se em um espaço de significação aberta e volúvel que incorpora práticas e identidades que habitam o “exterior constitutivo” da esfera dos sujeitos.

A teoria *queer* não se preocupa exclusivamente com a construção social da identidade, mas também “na hipótese da construção social, a identidade acaba, afinal, sendo fixada, estabilizada, pela significação, pela linguagem, pelo discurso” (PEREIRA, 2006, p. 107). De fato, o pensamento *queer* radicaliza o livre trânsito entre as fronteiras da identidade, por colocar em questionamento o que vem de fato a ser identidade, ao apostar na mobilidade e na possibilidade do cruzamento de fronteiras. Na interpretação de Louro (2004, p.7):

Queer é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags*. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina.

Falando sobre as *multitudes queer*, isto é, os corpos, partes dos corpos e os desejos considerados abjetos, Borges e Bensusan (2008) se referem aos “órgãos que não funcionam para a norma heterossexual, os defeitos, o que está fora do padrão” e que são descartados e invisibilizados pela norma sexual. Nesse grupo podem estar incluídas as lésbicas, as maricas, os negros, os transexuais, as putas, as travecas, drag-kings, as mulheres barbudas, as práticas sadomasoquistas, a bissexualidade – e tantos outros/as que eram, anteriormente, considerados/as monstruosos/as, mas que agora são sujeitos de enunciação e postados em lugares de resistência ao ponto de vista “universal”, à história branca, colonial e heteronormativa do “humano”. (PRECIADO, 2004).



Conforme Pereira (2006, p. 475):

A expressão *Queer*, utilizada como forma de auto-designação – repetindo e reiterando vozes homofóbicas que assinalam a abjeção daquele que é denominado *Queer*, mas descontextualizando-as desse universo de enunciação, já que se atribui valores positivos ao termo, transformando-o numa forma orgulhosa de manifestar a diferença –, pode ocasionar uma inversão da cadeia de repetição que confere poder a práticas autoritárias precedentes, uma inversão dessa historicidade constitutiva [...]. Algo novo surgiria, então, desse processo, anunciando a irredutibilidade e expressando a incômoda e inassimilável diferença de corpos e almas que teimam em se fazer presentes.

Barbero (2005, p. 44) explica que a teoria *queer* “é o movimento de resistência às normas e determinações sociais que pretendem disciplinar o erotismo com regras rígidas e preestabelecidas”. A origem dos seus estudos está na superação dos atos normativos que tendem a fixar identidades, colocando as lésbicas e os gays em modelos fechados de identificação e de subjetivação.

Essa perspectiva teórica defende as possibilidades da sexualidade em todas as suas vivências, rompendo com o círculo vicioso das repetições ligadas aos atos preconceituosos que rondam as questões sobre a homossexualidade. Assim, o errado, o estranho e o bizarro, que passaram tanto tempo predominando nos discursos e nos atos das pessoas, em relação a toda e qualquer prática sexual que não corresponda às exigências da heterossexualidade, vai se dissolvendo e perdendo as suas forças.

A teoria *queer* é apresentada como uma oportunidade de des-identificação ou negação de pessoas às categorias naturalizadas (mulher, homem, transexual, lésbica, homossexual, etc.), num processo de des-ontologização dos sujeitos e das políticas identitárias. Assim, o pensamento *queer* propõe uma fluidez identitária, mesmo que essa des-identificação não seja, para Preciado (2004), suficiente para reverter as tecnologias da sexualidade e dos corpos.

As relações instituídas pelo gênero e os deslocamentos de poder identificados nas suas manifestações possibilitam uma verdadeira revisão sobre os lugares hegemônicos do masculino em detrimento do feminino e a apropriação da heterossexualidade como polo de referência sobre a homossexualidade.

Nesse sentido, a teoria *queer* confronta e contesta, principalmente, a heterossexualidade compulsória e suas formas de impor práticas sociais e pessoais, baseadas na fixidez e no engessamento



de ações limitadas e limitadoras, defendendo que no corpo há também uma pessoa que espera expressar seus sentimentos, seus afetos e vivenciar a sua sexualidade de forma mais plena (SILVA, 2008).

Portanto, essa teoria questiona exatamente aquilo que a tradição das sociedades ainda insiste em manter vivo: “a tradicional divisão entre hetero e homossexualidade, as identidades e as categorias sexuais, as relações entre sexo e poder, os gêneros como variações culturais” (BARBERO, 2005, p. 41), colocando em xeque todas as “verdades” construídas ao longo do tempo em torno da normatização da heterossexualidade.

Desta maneira, a teoria *queer* oferece suporte para a desnaturalização das identidades de gênero em que se centram, constantemente, os processos históricos que legitimaram a subordinação das mulheres (BENTO, 2006). Essa consideração reforça a tentativa constante de construção de um sujeito moderno baseado em um núcleo universal, desnaturalizando a sexualidade, o corpo e as subjetividades.

Em sua relação com o feminismo, o movimento *queer*, segundo Coelho (2009), pode apresentar-se como uma “reconfiguração, re-significação e re-citação das sexualidades, a desontologização dos sujeitos”, de modo a abalar a atual forma de se pensar o gênero e suas categorias. Deve-se confrontar reflexivamente o próprio feminismo em relação às diferenças silenciadas em sua atividade quanto ao sujeito político mulher, caracterizado como hegemônico e heterocentrado, a fim de viabilizar sua renovação.

De acordo com Butler (2003), a teoria *queer*, quando relacionada com o feminismo, tem como bases a crítica a alguns grandes temas, como o problema do termo *mulher*, a utilização dos conceitos de sexo e do gênero no cerne do feminismo e a heterossexualidade como paradigma do feminismo.

O que se percebe é que a categoria denominada “mulher”, sujeito do feminismo, é produzida pela mesma estrutura da qual ela pretende se emancipar. A lei produz a noção de um sujeito anterior a ela, que tem como característica ser excludente, para ser representado no sistema jurídico e no sistema político e dar legitimidade a ela. Seguindo esse raciocínio típico do liberalismo e muito explorado nas teorias do contrato social, a pensadora afirma que se o feminismo trabalha com a concepção de um sujeito específico, a mulher, ele também trabalha com uma categoria excludente. Assim, a utilização do termo “mulher” como sujeito do feminismo gera grande controvérsia, na medida em que implica a presunção de uma identidade.



Categorizar alguém como mulher não é o suficiente, pois esse alguém vai muito além do gênero que lhe é previamente imputado. Primeiro pelo fato da abordagem acerca do próprio gênero e suas características variar no curso da história e de uma sociedade para outra, segundo por ser uma questão que se relaciona com outros temas, como raça, classe e orientação sexual. Portanto, não faz sentido para a autora estabelecer uma fundamentação universal para o feminismo, ou para qualquer outro movimento das ditas minorias.

A identidade passa, então, a ser questionada como sendo uma descrição da realidade, de uma condição específica, ou se ela é uma imposição normativa, um mecanismo responsável por garantir a perpetuação do sexo e do gênero de uma forma bastante estável. As práticas que regulamentam o sexo ditam uma suposta verdade sobre ele e sobre o gênero para formar identidades que sejam coerentes (BUTLER, 2003).

Nesse sentido, a fundação do desejo heterossexual exige uma relação de oposição, e discretamente assimétrica, entre o feminino e o masculino, criações culturais para atribuir determinadas características às fêmeas e aos machos como inatas. A heterossexualidade entendida como algo natural e compulsório no ser humano induz a uma sexualidade dual, na qual feminino e masculino se diferenciam e se desejam, conectando os termos sexo, gênero e desejo.

A identidade, para Butler (2003), não somente garantiria a perpetuação da espécie, mas também uma determinada estabilidade para continuar existindo, caso contrário a estrutura social seria abalada. Em vista disso, existe um choque quando alguns aparentam um determinado sexo, mas não se conformam às regras culturais atribuídas a eles, a exemplo dos homoafetivos, mas também de quaisquer mulheres ou homens heterossexuais que venham a questionar os papéis atribuídos a cada um deles de forma determinista pela identidade, pelos modelos femininos e masculinos.

A teoria *queer*, quando trabalhada pelo feminismo, convida seus militantes e estudiosos a confrontarem suas próprias idéias com a possibilidade de essas estarem apoiando as lógicas opressivas, ao invés de combatê-las, no momento em que baseiam suas políticas em identidades e práticas discursivas que deixam de questionar os mais recentes mecanismos de exclusão.

O desafio que as abordagens *queer* colocam aos feminismos é o de abandonar o binário “natural” (mulher/homem) ou definições baseadas nas práticas (homossexuais/heterossexuais) para passar a basear-se e a atuar com “uma multiplicidade de corpos que se erguem contra os ditames que os constroem como “normais” ou “anormais” (PRECIADO, 2004).



Butler (2003) apresenta o conceito de performatividade, que tem como foco explicar que a identidade sexual e de gênero não fica contida pelos processos discursivos que tentam fixá-la. Ela sugere que pensemos as práticas reguladoras de formação e divisão de gênero como constituintes da identidade. Para a autora, a identidade de gênero nada mais é do que uma ficção cultural, efeito performativo de atos reiterados dos regimes sexuais regulatórios em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero, cujo maior objetivo é aparentar uma suposta uniformidade e coerência com a matriz heterossexual.

Assim, um projeto feminista realmente *queer* deve retrabalhar o conceito naturalizado de diferença sexual, precisando passar por uma verdadeira reinvenção, um choque epistemológico em suas bases, de forma a se adequar a um ponto de vista no qual os sujeitos individuais serão criadores de si próprias e próprios, e que se permita uma análise do gênero transversal, estruturando modos de pensamento e conhecimento (COELHO, 2009).

Também é preciso ter em vista que quando nos debruçamos no campo das políticas públicas faz-se necessário evidenciar as identidades, em especial ao tratar de grupos marginalizados, como é o caso do exemplo utilizado, as mulheres lésbicas. A importância disto consiste no fato de que não podemos falar em homofobia ou lesbofobia se não falamos em homossexuais (mulheres lésbicas), assim como não podemos discutir racismo se não falamos em negros; inclusive a discussão sobre políticas especiais voltadas para determinado grupo, seja ele o de mulheres ou o de homossexuais, assim como o de negros, perde todo o seu sentido, uma vez que não existem mais identidades: “políticas especiais voltadas para quem?”

Com isso, torna-se necessário que ocorra uma negociação entre esses dois movimentos, pois ela apresenta-se como inevitável.

4. Considerações

Ainda que o pensamento feminista tenha como matéria-prima a experiência das mulheres, aquele não pode se reduzir a esta. Considerar as mulheres (e os homens) em sua experiência própria no mundo é importante, mas é necessário ir além. Um *modo feminista de pensar* deve ser caracterizado não por um olhar *para* ou *a partir* da experiência “feminina”, mas sim por um olhar crítico sobre como se constrói esta experiência e por uma análise sobre como a sociedade – isto é, a cultura, a economia, a política, a religião – é constituída (também) pelas relações sexuais, juntamente com as relações étnico-raciais e de classe. Por isso, não compreendo a teoria crítica



feminista como exclusiva das mulheres, embora reconheça o seu protagonismo e a necessidade do movimento de contemplar, enquanto categoria, também as mulheres trans.

Existem correntes feministas radicais que entendem ser o feminismo como exclusivo das mulheres, não podendo haver homens feministas. Isso vai de encontro com o próprio cerne do ideário de igualdade feminista e de suas pretensões multidimensionais nas qualidades de movimento social, visão de mundo e como teoria.

Por um lado, os movimentos, grupos, associações, organizações e encontros feministas são espaços próprios e exclusivos das mulheres, constituídas como sujeito político coletivo, nos quais as mulheres refletem politicamente sobre sua situação social, suas especificidades, e debatem estratégias de ação política para transformar e superar as múltiplas formas de desigualdade, exploração e discriminação que ainda marcam a vida das mulheres – em sua diversidade de experiências.

Por outro lado, como visão de mundo e como teoria crítica, nada impede que homens partilhem e assumam a perspectiva feminista como adoção a um projeto político de construção de um mundo com igualdade e justiça entre mulheres e homens. Nesse sentido, é fundamental que todas as pessoas, independente de sexo, da raça, da classe, da orientação sexual – partilhem de sua visão de mundo.

Dessa forma, o feminismo, enquanto teoria, precisa ser consolidado como uma forma própria de conceber e analisar o mundo, considerando, entre outras coisas, a dimensão das relações de gênero e suas estruturas de poder. Para isso, precisa capacitar-se a ser usada por qualquer indivíduo – seja mulher ou homem, feminino ou masculino. Com isso, percebo que um dos desafios posto ao feminismo, como pensamento crítico, é o de buscar novos parâmetros do conhecimento que não reproduzam, e nem distorçam, as categorias que o próprio movimento pretende criticar.

Referências

- BANDEIRA, Lourdes. A Contribuição da crítica feminista à ciência. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v.16, n. 1, p. 207-228, jan./abr. 2008.
- BARBERO, G. H. *Homossexualidade e perversão na psicanálise: uma resposta aos Gay & Lesbian Studies*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORGES, Fabiane; BENSUSAN, Hilan. Por uma pornografia livre. In: *Biblioteca Diplô*, São Paulo, maio 2008. Disponível em: <<http://diplo.org.br/imprima2364>>. Acesso em: 21 maio 2011.



- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALDWELL, Kia Lilly. *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil*. Estudos Feministas. Ano 8, 2000.
- COELHO, Salomé. Por um feminismo *Queer*. Beatriz Preciado e a pornografia como pretextos. *Ex æquo*, Porto, n.º 20, p. 29-40, 2009.
- COSTA, Claudia Lima. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, Florianópolis, v. 11, p. 127-140, 1998. Disponível em: <[http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998\(11\)/Costa.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1998(11)/Costa.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2010.
- CRUZ, Elizabeth Ferreira da. *Ação política, transformação social e reconstrução de identidades: Um olhar a partir do feminismo para a militância das mulheres rurais nos movimentos sociais*. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciência Sociais, Universidade Federal do Ceará - UFC, Fortaleza.
- DE BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Vol.2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- DIAS, Maria Odília L. Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 39-53.
- FARGANIS, Sondra. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In: BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alison M. (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- LACOMBE, Andrea. *Ler [se] nas entrelinhas*. Sociabilidades e subjetividades entendidas, lésbicas e afins. 2010. 192 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- LOURO, Guacira. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NYE, Andrea. *Teoria feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A teoria *queer* e a reinvenção do corpo. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, n. 27, p. 469-477, jul.-dez. 2006.
- PINO, Nádia P. A teoria *queer* e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 149-174, 2007.
- PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 43-67.
- PRECIADO, Beatriz. Multitudes *Queer*. Notas para uma política de los “anormales”. *Revista Multitudes*, n. 12, maio 2004. Disponível em: <<http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-Queer,1465>>. Acesso em: 21 maio 2011.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 21-41.
- SAFFIOTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe. In: BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Série Estudos e Ensaios: Ciências Sociais: FLACSO: Brasil, junho de 2009.



SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar, Da crítica feminista à ciência. Uma ciência feminista?. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: Coleção Bahianas, 2002. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/feminismociencia.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2010.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Trad. SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1995.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001. (Coleção Mulher). Cap. III.

SILVA, João Ricard Pereira da. *Parentalidades e conjugalidades em uniões homoafetivas femininas*. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 15-23.

VARCÁCEL, Amélia. O Feminismo é uma teoria política ou uma ética? *Cidadania e feminismo*. Debate Feminista, São Paulo, edição especial, 1999. p. 206-222.

